

LÓGICA E RACIONALIDADE EM LÉVI-STRAUSS

Felipe Soeiro Chaimovich

RESUMO: O projeto estruturalista de Lévi-Strauss suscita um duplo diálogo com a filosofia. Em primeiro lugar, com a tradição lógica clássica de filiação aristotélica, na medida em que funda a classificação da natureza no princípio de não contradição. Em segundo lugar, com a crítica do conhecimento representada por Kant, na medida em que pretende descrever as leis do pensamento e utilizar o conceito kantiano de natureza. Simultaneamente, Lévi-Strauss exhibe um outro problema ligado ao projeto estruturalista: a tensão entre o viés crítico cognitivo e uma opção realista da natureza. A partir destes elementos questiona-se os limites internos do estruturalismo enquanto defensor de uma racionalidade na interpretação das formas do pensamento humano.

UNITERMOS: Estruturalismo - Epistemologia da Antropologia - Filosofia - Racionalidade

I. INTRODUÇÃO

O surgimento, a partir da segunda metade do século passado, de geometrias fundadas em princípios diversos dos da geometria até então considerada como definitiva (a euclidiana), veio por em xeque o projeto de uma sistematização universal e completa das leis do pensamento, i.é, da lógica clássica. Certos fundamentos lógicos, tidos como incontroversos desde Aristóteles, ou mesmo desenvolvidos a partir destes, não mais se apresentavam como única alternativa. Com isto, abandona-se a concepção de uma forma universal única pela qual pensamento e mundo se representariam, uma vez que a lógica clássica, que até então buscara exprimir tal forma através da análise do discurso, das idéias ou da linguagem, não mais ocupava um lugar privilegiado. Pretendeu-se substituir a Lógica universal pela pluralidade de lógicas, sem que, no entanto, estas quisessem ocupar o vazio deixado. A

partir de então, a lógica não mais se vinculava necessariamente à representação de algo que não fosse um sistema para a solução de problemas. É o que exemplifica a física, campo privilegiado de "representação" do mundo. A coexistência de teorias que envolvem lógicas cujos fundamentos se excluem, mas que são utilizadas de acordo com a natureza do problema tratado, exhibe a irrelevância de uma representação unívoca do que seja o mundo real. Nestas circunstâncias, o conceito de racionalidade, enquanto possibilidade de determinação da ordem e da relação necessária, entra igualmente em xeque, pois não há mais apenas uma expressão do que seja o pensamento, de suas regras, organização, e do modo como representa o mundo.

Neste contexto, o estruturalismo levistraussiano propõe ser possível a manutenção do conceito de racionalidade, apesar da pluralidade de formas representativas. Com isto, nega a existência de *uma única forma*

pela qual o pensamento representa o mundo e é capaz de constituir um discurso sobre como e porque as coisas são. Assim, é possível identificar em Lévi-Strauss um rompimento com o projeto clássico, ao mesmo tempo em que o pensamento continua a ser concebido universalmente. Ao equacionar estes dois termos, Lévi-Strauss concebe a pluralidade de formas articuladas contingentemente, sendo, no entanto, dirigidas por um único princípio racional: a classificação binária.

Este panorama insere Lévi-Strauss num duplo diálogo dentro da história da filosofia. Em primeiro lugar, com a tradição lógica clássica, cuja referência central tomaremos como sendo o projeto aristotélico de determinação de uma forma enunciativa única que desse conta da relação pensamento-discurso-mundo¹. Por um lado, Lévi-Strauss rompe com a busca de uma só lógica. Mas, simultaneamente, adota o princípio da não-contradição como diretor da organização de todo pensamento; e, aproximando-se de Aristóteles, utiliza um vocabulário ontológico para apresentá-lo. Em segundo lugar, Lévi-Strauss dialoga com a tradição crítica do conhecimento, cuja referência central é Kant. Ao pretender universalizar certa atividade do pensamento (a classificação binária) como condição de possibilidade da experiência, o autor não nega sua filiação kantiana. Neste sentido, o estruturalismo se aproxima de uma teoria do conhecimento.

Optamos por iniciar a análise da relação entre o estruturalismo levistraussiano e os aspectos apontados, através de um trecho do "Finale" de *O Homem Nu*, livro que

¹Devo esta concepção da tradição lógica ao Professor Luiz Henrique L. dos Santos, da Faculdade de Filosofia da U.S.P..

encerra as *Mitológicas*. Significativamente, temas recorrentes em Lévi-Strauss se encontram aí sintetizados (como por exemplo o binarismo organizando o pensamento humano). Através da identificação de alguns destes temas, será possível encaminhar nossa questão central: como se coloca o estruturalismo levistraussiano em relação ao eixo projeto lógico/teoria do conhecimento? Trataremos deste problema levando em conta a inexistência de uma só lógica e a universalidade do princípio de não-contradição. Mas, dado não haver para Lévi-Strauss categorias lógicas *a priori* (i.é, universais e necessárias), a questão principal desdobra-se numa segunda questão. Se por um lado o pensamento constitui, de acordo com sua estrutura, diversos sistemas de classificação, por outro o autor concebe a natureza como tendo diferenças internas reais, tais que o pensamento se vê *limitado pela empiria*. Tomando por referência o *Pensamento Selvagem*, podemos notar a tensão entre uma opção realista quanto à natureza e o enfoque crítico do pensamento. O pensamento universal, para o qual a natureza deveria ser apenas o produto da classificação binária, tem por objeto uma natureza resistente a uma classificação *qualquer*. Embora Lévi-Strauss não aceite a existência de categorias lógicas *a priori*, admite a existência de *espécies naturais* que obrigam o pensamento a se adequar a uma "codificação objetiva" (Lévi-Strauss, 1989: 157).

Assim, trabalharemos sobre dois eixos centrais. Primeiro, as referências do estruturalismo ao projeto lógico-aristotélico e ao projeto crítico do conhecimento. Em segundo lugar, a oposição entre o estruturalismo como uma teoria crítica do pensamento e o realismo aceito por Lévi-Strauss. Desta maneira, será possível perguntar se o estruturalismo mantém ou não,

ainda que residualmente, uma concepção unívoca da representação: é ou não uma teoria clássica?

II. FILOSOFIA CRÍTICA E ONTOLOGIA

"A oposição fundamental (...) é aquela mesma que enuncia Hamlet sob a forma de uma alternativa ainda muito crédula. Pois entre o ser e o não-ser não cabe ao homem escolher. Um esforço mental consubstancial à sua história e que não acabará senão com o seu desaparecimento da cena do universo, o obriga a assumir as duas evidências contraditórias, cujo contraste faz seu pensamento oscilar e, para neutralizar sua oposição, engendra uma série ilimitada de oposições binárias que, sem jamais resolver esta antinomia primeira, não fazem senão reproduzi-la e perpetuá-la em escalas cada vez mais reduzidas." (Lévi-Strauss, 1971: 621).

Este trecho do "Finale" das Mitológicas mostra a coerência da afirmação de P. Ricoeur sobre o estruturalismo levistraussiano: "o estruturalismo é um kantismo sem sujeito transcendental". Em primeiro lugar, devemos notar que Lévi-Strauss é o primeiro a concordar com ela, por ocasião de um debate com Ricoeur (publicado em *L'Esprit*, 2/62). Mas qual é o sentido desta referência a Kant? O estruturalismo é de fato um projeto crítico, i.é, pretende estabelecer as condições de possibilidade do saber sobre o outro. O outro e "eu" compartilhamos de uma mesma disposição mental que condiciona toda experiência possível. Tal disposição aparece no trecho citado como a oscilação do pensamento (sua atividade), regida por um princípio binário. A experiência, neste contexto kantiano, deve ser entendida como aquilo a que o pensamento conferirá forma; i.é, o pensamento "reproduz" e

"perpetua" as classificações binárias sobre aquilo que é apreendido pela sensibilidade². Ricoeur tem razão também quanto à ausência de sujeito transcendental. Sobre a unidade sintética da percepção (o sujeito transcendental) se assenta, segundo a arquitetura kantiana, a possibilidade do entendimento (a faculdade de conhecer). Ela sintetiza as representações, pois é a unidade que reúne "o diverso de uma intuição dada" (i.é, do múltiplo apreendido pela sensibilidade) (Kant, 1985: 137ed.B). Em Kant, só há conhecimento na medida que a unidade dos objetos deste conhecimento é conferida pelo próprio sujeito. Para além do campo desta experiência possível, nada mais se pode conhecer. Ora, o homem levistraussiano é obrigado a "assumir" o princípio binário: ele não tem escolha. Onde se segue que esse princípio é exterior ao sujeito, passivo frente à força de sua imposição. Portanto, certamente não se trata mais do sujeito kantiano do conhecimento, única fonte de unidade da experiência possível. A unidade sintética da percepção kantiana é um princípio *do* sujeito: não há qualquer exterioridade. O homem levistraussiano, por outro lado, está jogado para além da dúvida hamletiana, pois não mais crê numa alternativa, restando-lhe apenas perpetuar a contradição.

A oposição (sob a forma do binarismo) aparece, então, como princípio no sentido ontológico e não mais cognitivo. Esta passagem, fortemente sugerida pelo vocabulário

²Por ocasião de uma entrevista com D. Eribon, Lévi-Strauss refere-se do seguinte modo a sua influência kantiana:

"D.E.: Que princípios de Kant o Sr. guardou?
C.L.-S.: Que o espírito tem suas limitações, que as impõe a um real para sempre impenetrável, e que só o compreende através delas." (Lévi-Strauss, Eribon. 1990: 141)

de Lévi-Strauss, é marcada pela exterioridade da oposição, que não se refere ao sujeito do conhecimento, mas ao ser: "...entre o ser e o não ser não cabe ao homem escolher". Tanto esta formulação, que exprime o princípio lógico do terceiro excluído, quanto a referência ao princípio de não contradição ("a oposição fundamental", "as duas evidências contraditórias") remetem às formulações do Livro Gama da *Metafísica* de Aristóteles³. Para Aristóteles, o princípio de não contradição é o mais certo quando se investiga o ser enquanto ser (ou seja, no registro ontológico), pois a ciência dos opostos é parte da ciência do ser: "os seres, incluindo o ser primeiro, consistem de contrários" (Aristóteles, 1987: 1004b30). O princípio de não contradição em Aristóteles é lógico no sentido forte do termo: é necessário e universal dado seu estatuto ontológico. Dai decorre que este princípio é condição do discurso com sentido sobre o mundo. Quem quer que pretenda construir um discurso inteligível e significativo sobre o que é, deve assumir o princípio de não contradição; caso contrário não estará dizendo nada (o que aniquilaria qualquer discurso pretensamente enunciativo). "Se (...) todos os homens, diz Aristóteles, estão igualmente certos e errados, ninguém pode dizer algo com sentido; pois então se deve dizer simultaneamente uma coisa e também outra. E em respeito a que a condição de alguém que não diz nada, mas igualmente pensa e não pensa, difere da de uma planta?" (Aristóteles, 1987: 1008b5-15).

Lévi-Strauss, ao mesmo tempo que assume o princípio de não contradição como fundamental, recoloca-o na escala humana. Se por

um lado ele é transcendente ao pensamento, por outro aparece no autor como sendo referido exclusivamente ao homem. É o homem, ao viver a história de sua existência neste universo, que se vê obrigado a assumir o princípio de não contradição. Nesta medida, devemos nos calar quanto a uma possível ontologia estruturalista, embora haja vestígios disto no vocabulário de Lévi-Strauss⁴. Assim mesmo, é o princípio de não contradição que fundamenta a razão, tal como em Aristóteles fundamentava o discurso enunciativo sobre o mundo, "fazendo o pensamento oscilar e engendrar uma série ilimitada de distinções binárias".

Na passagem citada de *O Homem Nu* há, portanto, uma tensão. De um lado, um princípio de filiação ontológica, que o texto não renega ao tomá-lo como transcendente ao pensamento. De outro lado, é o pensamento humano, engendrando suas séries ilimitadas, que dimensiona a problemática: trata-se de um conhecimento *do homem* (embora não como unidade sintética da representação).

III. CLASSIFICAÇÃO BINÁRIA

O estruturalismo é um projeto lógico ou uma crítica do conhecimento? Sem dúvida, ele mantém semelhanças com ambos, mas não se presta rigorosamente a nenhuma das classificações, seja pelo viés aristotélico (não há ontologia) ou pelo kantiano (não tem sujeito transcendental). A relação entre o sujeito do conhecimento e o princípio da razão confere a Lévi-Strauss uma posição própria em relação a ambas as tradições filosóficas. "Sem dúvida é

³Ver: princípio do terceiro excluído: 1011b20-30; princípio de não contradição: 1005b15-20.

⁴Em outra passagem, Lévi-Strauss refere-se à não contradição como "propriedade essencial do ser" (Lévi-Strauss, 1989: 194).

necessário, em geral, que todos os mitemas, diz ele, quaisquer que sejam, se prestem a operações binárias, pois estas são inerentes aos mecanismos forjados pela natureza para permitir o exercício da linguagem e do pensamento (...) nenhum carácter é marcante em si mesmo e é a análise perceptiva, que já é combinatória e capaz de uma atividade lógica ao nível da sensibilidade, que, alternando-se com o entendimento, confere uma significação aos fenômenos..." (Lévi-Strauss, 1971: 500-501). O pensamento humano é assim caracterizado como uma máquina de ordenar binariamente. Esta atividade produz classificações da natureza, ou antes, só há natureza na medida em que ela é apreendida pela sensibilidade como série de oposições. Esta exigência de uma ordem classificatória "constitui a base de todo pensamento" (Lévi-Strauss, 1989: 25).

Do ponto de vista lógico, podemos pensar que a classificação levistraussiana se apresenta como uma predicação, cuja única característica é que os predicados sejam do tipo "P" ou do tipo "não-P", i.é, que se afirme ou negue algo. Na natureza percebida por uma sensibilidade já binária, só há lugar para predicados opostos: ou algo é "frio" ou "quente", ou "do alto" ou "de baixo", ou "natureza" ou "cultura". Esta é uma forma de ordenação da natureza de acordo com o princípio de não contradição, comportando uma total racionalidade ao estabelecer um padrão universal. Até aqui há conformidade com os preceitos da lógica clássica. Mas a originalidade da predicação em Lévi-Strauss está em que, aceite o princípio de não contradição como universalmente válido, *não existe qualquer categoria predicativa a priori*. Não há, portanto, classificações necessárias na medida em que não há categorias necessárias. Em Aristóteles, além de também haver predicados que afirmam ou negam algo

do sujeito, há categorias que marcam a necessidade lógica de que existam modos determinados *a priori* segundo os quais um predicado *se aplica a um sujeito*. Isto é, o pensamento aplica predicados ao sujeito ("classifica" o sujeito) de apenas dez modos (Aristóteles, 1973: 9). Nesta medida, lógica, realidade e ontologia são indissociáveis, como explica N. da Costa: "Aristóteles assumiu que os nossos modos fundamentais de apreensão da realidade correspondem aos modos fundamentais do ser. Ele não considerou seriamente que a realidade pudesse não ser em si mesma o que se percebe ou concebe que ela seja. As categorias aristotélicas foram assim tomadas como exprimindo diretamente modos fundamentais de ser e modos fundamentais de apreensão (ou predicação)" (da Costa, 1991: 1). A determinação *a priori* dos modos de classificação de predicados é uma característica fundamental da lógica aristotélica, da qual a classificação levistraussiana se distancia.

Contudo, se em Lévi-Strauss não é possível identificar modos *a priori* de aplicação de predicados, ao menos é possível dizer *que se predica*. O fundamental aqui é o funcionamento contínuo da atividade classificatória. Mas o que rege, então, a aplicação de predicados opostos? Se não há categorias *a priori*, então nada é absolutamente de uma classe ou de outra. A classificação só é decidível por aquilo que Lévi-Strauss chama de "lógica do concreto" (Lévi-Strauss, 1989: 53).

Uma "lógica do concreto" é por princípio uma anti-lógica no sentido clássico. O próprio Lévi-Strauss brinca com "a impossível tarefa de descobrir as condições de uma necessidade *a posteriori*" (Lévi-Strauss, 1989: 51). Abolida qualquer *necessidade intrínseca* às classificações, Lévi-Strauss pareceria cair no relativismo

absoluto, caso não assumisse o princípio racional da não-contradição⁵. Assim concebido universalmente, o pensamento engendra uma variedade de "lógicas concretas", i.é, de sistemas cuja "necessidade" interna advém de categorias empíricas, criadas a partir de uma interpretação binária da sensibilidade. Mas se a natureza fosse apenas a síntese binária dos dados da sensibilidade, sem categorias *a priori*, como explicar a escolha de certos elementos em detrimento de outros nas sistematizações fundadas em categorias *a posteriori*? É este o problema que se coloca frente ao pretense totemismo: por que razão um elemento é escolhido como representativo de um conjunto de relações? Lévi-Strauss critica, a este respeito, explicações que detectam a razão da escolha em funções desempenhadas empiricamente pelos elementos, como é o caso das teorias funcionalistas (Lévi-Strauss, 1980: 139-151). Os elementos testemunhariam antes a estrutura "lógica" local do que sua materialidade imediata. Entretanto, a escolha dos elementos que compõem os sistemas depende da maior ou menor disposição daqueles à aplicação da matriz binária. O que vem a colocar o seguinte problema frente à total ausência de categorias necessárias: importa ou não a materialidade dos elementos? A metáfora levistraussiana do pensamento como "*bricolage*" (Lévi-Strauss, 1989: cap.1) confere às categorias *a posteriori* um limite empírico residual, ainda que os elementos utilizados estejam deslocados de seu *universo original*. O *bricoleur* dispõe de peças que serão

utilizadas para fins diferentes daqueles para os quais foram originalmente concebidas. Se esse personagem tem à mão alguns fios elétricos cuja área de secção transversal é de, digamos, 2.5mm², poderá improvisar um varal amarrando as extremidades dos fios em seu páteo. Este deslocamento da utilidade original implica numa criação de sentido, pois não fazia parte do universo original do fio o servir de varal. Entretanto, se o fio não fosse suficientemente comprido e com tal secção de área (se fosse, p.ex., muito grosso), não seria uma possibilidade empírica nele inscrita poder servir de varal. Neste caso, não há uma total contingência na categorização *a posteriori*: há uma gramática dos elementos da experiência que não permite que um fio de 50mm² de secção sirva de varal. Portanto, a máquina de ordenar binariamente tem que respeitar certos limites dos elementos disponíveis à sua sensibilidade. Assim, antes da oposição classificadora, subsistiria uma natureza real.

Lévi-Strauss reforça este problema ao dizer que o pensamento primordial opera com signos e está mais próximo da sensibilidade. O signo é limitado como a peça do *bricolage*, pois também sai de um universo previamente inventariado. "...estas possibilidades são sempre limitadas pela história particular de cada peça e por aquilo que nela subsiste de pré-determinado, devido ao uso original para o qual foi concebida ou pelas adaptações que sofreu em virtude de outros empregos" (Lévi-Strauss, 1989: 34). O signo "...aceita, exige mesmo, que uma certa densidade de humanidade seja incorporada ao real." A significação *reorganiza* o conjunto com o qual trabalha: "...ela não o aumenta nem o renova, limitando-se a obter o grupo de suas transformações." (Lévi-Strauss, 1989:

⁵O princípio lógico é o de sempre *poder* *opor* termos que um empobrecimento prévio da totalidade empírica permite conceber como distintos. *Como* *opor* é, em relação a esta primeira exigência, uma questão importante, cuja consideração vem depois." (Lévi-Strauss, 1989: 91)

35-36) Coloca-se, portanto, uma realismo face ao qual o pensamento deve se adaptar.

Vemos aqui uma contradição: ou bem se opta por um realismo originário, que limita o uso dos elementos e exige como contraparte uma teoria que explique a representação desta natureza previamente constituída; ou então a natureza é apenas o produto da operação de ordenação binária (neste caso a natureza como experiência possível). O estruturalismo deve dar conta, dados estes elementos, da relação entre estruturas mentais e realidade do mundo exterior. Mas Lévi-Strauss opta por aceitar o limite de sua teoria na tensão entre estes opostos. Contudo, daí decorre ainda outro problema. A existência de "lógicas" totalmente contingentes, com categorias empíricas regionais, impediria qualquer possibilidade de decifração, pois a aplicação de uma matriz de significação a outra que lhe fosse exterior seria aleatória.

Para solucionar a questão, Lévi-Strauss propõe que se aceite uma harmonia entre a natureza na sua materialidade e o pensamento como máquina de ordenação binária. Não que a ordem natural, em seu conteúdo, seja contraditória, tal como o pensamento a ordena (cf. Lévi-Strauss, 1989: 111). O autor do *Pensamento Selvagem* não propõe uma *forma única* de representação do mundo, fundada numa ontologia do binarismo⁶: ele pressupõe uma pluralidade de formas de representação, i.é, de "lógicas concretas". Ocorre, entretanto, que a "ordem natural" (os elementos reais) e a "ordem social" (os sistemas organizados binariamente) pertencem

ambas a "estruturas de contradição" (Lévi-Strauss, 1989: 112)⁷.

O problema de como o pensamento representa o mundo, i.é, "a reciprocidade de perspectivas na qual homem e mundo se fazem um espelho do outro" (Lévi-Strauss, 1989: 248), comporta dois momentos em Lévi-Strauss. Um deles é a distinção entre a ordem natural e a ordem do pensamento. A primeira guarda especificidades materiais que limitam o uso de seus elementos. A segunda mantém sua característica estruturante, operando binariamente (seja sob a forma de classificações, homologias ou transformações de estruturas) (cf. Lévi-Strauss, 1989: 111). Portanto, postular uma "estrutura de contradição" não significa, num primeiro momento, que se esteja optando por uma teoria realista, já que a um mundo existente se sobrepõe uma sensibilidade ordenadora como possibilidade da experiência. Apontadas as diferenças, o momento seguinte é a postulação de um solo comum entre natureza e pensamento.

Ora, se o pensamento é uma máquina de ordenação binária, só pode operar se houver *descontinuidade* na natureza. Senão não se aplicaria o princípio de não contradição, fundado na diferença entre ser e não-ser (i.é, no descontínuo). Sem se deter no problema cognitivo da representação da natureza, Lévi-Strauss assume a realidade do descontínuo: "...a diversidade das espécies fornece ao homem a imagem mais intuitiva que ele dispõe, e ela constitui a manifestação mais direta que ele pode perceber, da descontinuidade última do real - ela é a expressão sensível de uma codificação objetiva" (Lévi-Strauss, 1989: 157). O

⁶Tal como é o caso da forma "S (sujeito) é P (predicado)" em Aristóteles, que pressupõe a teoria da substância e dos acidentes.

⁷Podemos estar enfatizando demais a expressão "estruturas de contradição"; entretanto, ela nos parece adequada para exprimir a harmonia que tentamos ressaltar, o que justifica seu emprego conceitual.

pensamento opera sobre este real de modo que "o universo [descontínuo] é representado sob a forma de um *continuum* feito de oposições sucessivas" (Lévi-Strauss, 1989: 161). O tema do *bricolage* ganha agora um estatuto realista. Os elementos naturais têm *de fato* diferenças entre si: há *espécies naturais*. Como, no entanto, inexistente a primazia de uma unidade de representação, a ordenação da descontinuidade (i.é, o pensamento em atividade) se dará de múltiplas formas. Estas formas, dotadas de categorias próprias, podem ir de classificações correntes para nós dos seres, tal como a de Lineu, a uma taxonomia Aranda. É impossível regulamentar *a priori* as condições de classificações com sentido. Os mesmos elementos naturais podem ser representados a partir de forma diversas, sendo impossível identificar suas condições de significatividade sem interpretá-las de acordo com a "lógica" a que obedecem.

IV. RACIONALIDADE

A negação de uma única forma de classificação marca o rompimento de Lévi-Strauss com a tradição lógica - que pretendia encontrar *uma* estrutura mínima do discurso enunciativo que desse conta da relação entre linguagem, pensamento e mundo. Ele está muito mais próximo de uma concepção pluralista de formas de classificação e ordenação do mundo, concebido este como uma descontinuidade real. Entretanto, Lévi-Strauss não nega sua filiação racionalista. O princípio fundamental da razão e do discurso enunciativo não apenas está a salvo como organiza toda a interpretação da atividade intelectual humana. É isto que lhe permite supor uma atividade inconsciente de estruturação, cujas manifestações são interpretáveis em função das oposições fundamentais. Assim, ainda que um homem de uma

dada cultura não se reconheça nas interpretações estruturalistas, algo como um "pensamento universal inconsciente" (se podemos assim dizer) justificaria a interpretação de um construto ao inseri-lo no sistema maior de oposições, na "lógica" a partir da qual seus elementos estão articulados.

Entretanto, razão, *ratio*, significa a medida comum pela qual é possível estabelecer um nexo entre termos. Apesar de apontar uma solução para o problema do projeto lógico tradicional, da qual se seguiria o relativismo absoluto, Lévi-Strauss mostra-se muito confiante quanto à suficiência do princípio universal da não contradição. Ele é obrigado a assumi-lo para manter seu projeto de racionalidade. Incluir "lógicas concretas" que se organizassem, p.ex., admitindo a simultaneidade dos opostos (i.é, a contradição), implodiria o próprio projeto estruturalista. Havendo uma total contingência lógica, i.é, levando ao limite o que o próprio estruturalismo propõe, é impossível determinar com que lógica o objeto abordado opera. Nesta medida, não haveria apenas uma estrutura do pensamento, tal como 'o binarismo pretende. Fica aqui a questão sobre a auto-suficiência deste princípio (ou de algum outro princípio lógico privilegiado) frente à admissão de uma total ausência de formas comuns de classificação, i.é, de necessidade lógica, com a qual Lévi-Strauss trabalha. Como passar de uma cultura a outra pressupondo um pensamento universal estruturante, em harmonia com uma natureza descontínua? Como afirmar com tanta certeza que existe uma razão substancial, através da qual até mesmo os mitos se pensam a si mesmos, independentemente de que os pensa?

BIBLIOGRAFIA

ARISTÓTELES. *Metaphysics*. Ann Harbor Paperbacks, Michigan, 1990

ARISTÓTELES. *Tópicos I*. Col.Os Penáadores, ed.Abril Cultural, S.Paulo, 1973

DA COSTA, Newton et al.. "Theoretical Foundation of Categories in Biology". *Documentos do I.E.A.*. Un. de São Paulo, Série "Lógica e Teoria da Ciência" #7, 7/1991

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Le Cru et le Cuit*, Plon, Paris, 1964

LÉVI-STRAUSS, Claude. *L'Homme Nu*. Plon, Paris, 1971

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O Pensamento Selvagem*. Papirus Editora, Campinas, 1989

LÉVI-STRAUSS, Claude e Eribon, Didier. *De Perto e de Longe*. ed. Nova Fronteira, Rio, 1990

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O Totemismo Hoje*. Col.Os Pensadores, ed.Abil Cultural, S.Paulo, 1980

KANT, I.. *Crítica da Razão Pura*. Fund. Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1985